

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2024



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

- 1 Relatório de Gestão 3
 - 1.1 Enquadramento geral da atividade em 2024 4
 - 1.2 Aspetos mais relevantes da atividade em 2024 9
 - 1.3 Contas 2024 12
- 2 Demonstrações Financeiras 15
 - 2.1 Demonstração da Posição Financeira 16
 - 2.2 Demonstração dos Resultados 17
 - 2.3 Demonstração de Rendimento Integral..... 18
 - 2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa..... 19
 - 2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio..... 20
- 3 Anexos 21
 - 3.1 Anexo ao Relatório de Gestão 22
 - 3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras 24
- 4 Certificação Legal das Contas 45

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2024

MERCADOS FINANCEIROS NO ANO DE 2024

O ANO DA REVERSÃO DAS RESTRIÇÕES MONETÁRIAS

Numa altura em que a inflação nos EUA e Zona Euro já se encontra controlada e que a economia começa a contrair, 2024 foi o mote para o início do ciclo de cortes das taxas de juro por parte dos bancos centrais, prometendo ter continuidade ao longo do próximo ano. Ainda neste ano, mais de 50% da população mundial foi a votos, com natural destaque para as eleições americanas que culminaram com a vitória de D. Trump em toda a linha. Para além da eleição presidencial, o seu partido conquistou a maioria parlamentar nas 2 câmaras. Não menos relevante, foram o desenrolar dos conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia que prometem ter desenvolvimentos ao longo do próximo ano.

As generalidades dos ativos financeiros apresentaram performances positivas. No caso das ações, os desempenhos estão ainda muito concentrados nas mega caps. Nas obrigações, o carry foi o protagonista nos EUA, e a Europa partilhou o destaque com o corte das taxas, a refletir o início do ciclo de descidas das taxas de juro do BCE mais cedo que a FED.

EUA

A nova administração americana vai iniciar o seu mandato reforçado para implementar grande parte das medidas do seu programa eleitoral, nomeadamente cortes de impostos e menor regulação sobre as empresas domésticas, deportações de migrantes ilegais e aumento de tarifas sobre os bens importados. Num primeiro impacto, estas medidas tendem a estimular a economia interna, mas ao mesmo tempo todas são inflacionistas o que deverá implicar um menor número de descidas das taxas de juro, permanecendo em patamares mais elevados por mais tempo. D. Trump promete novas tarifas num claro sinal de querer rever os vários acordos comerciais, tendo como princípio basilar a defesa dos interesses americanos. Neste ponto, antecipamos que o movimento dos últimos anos, de aproximar as cadeias de abastecimento para regiões próximas dos EUA, o *nearshoring*, poderá perder força, dando lugar ao reforço para o mercado interno, *onshoring* e também por novos acordos bilaterais/seletivos para países que possam proporcionar melhores contrapartidas em várias esferas, o denominado *friendshoring*. Ainda a ameaça de deportações em massa de migrantes ainda não legalizados tem como objetivo reduzir a mão de obra informal e devolver vários postos de trabalho à economia formal. Em relação à diminuição da carga regulatória sobre as empresas, pretende devolver os estímulos ao consumo e investimento interno. Quanto ao elefante na sala, o aumento do défice dos atuais 36 biliões para os estimados 57 biliões de dólares para os próximos 10 anos, se adicionarmos o plano da candidatura republicana em agravar com mais 7.5 Biliões de dólares, praticamente que duplica o valor da dívida atual que já representa 123% do PIB. A emissão de moeda e dívida em massa, prometem ser uma preocupação crescente, se os estímulos criados não forem suficientes para estimular o crescimento do PIB.

EUROPA

A Europa está claramente a marcar passo, a crescer abaixo de 1%, sendo que o próximo ano promete ser ainda mais desafiante perante o expectável aumento de tarifas aduaneiras por parte dos EUA. Adicionalmente, as 2 principais economias da zona euro enfrentam os seus “ventos contrários”. Em especial, o setor automóvel que está a sofrer de uma concorrência feroz dos fabricantes chineses, sobretudo os elétricos com preços mais acessíveis cujos concorrentes europeus não conseguem acompanhar, refletido pela quebra de vendas que está a levar ao fecho de muitas fábricas na Europa. Em França, temos o risco da dívida a aumentar, estando já ao mesmo nível do risco da dívida grega devido à crise política, agravada após a destituição do primeiro-ministro M. Barnier por uma moção de censura parlamentar ter ditado a sua destituição, na tentativa de forçar a aprovação do orçamento para 2025, contra a vontade da maioria do parlamento. Na última reunião do ano, o BCE acabou por rever o crescimento do PIB deste ano novamente em baixa para 0,7% e para 2025 as estimativas também foram revistas na mesma direção para 1,1%.

JAPÃO

O Japão está a assistir a uma recuperação na inflação e ao crescimento dos salários, não observável nas últimas três décadas, o que permitiu ao Banco do Japão reverter a política de taxas de juro negativas em março e tendo voltado a aumentá-las em julho, sendo aguardado que continuem a subir ao longo do próximo ano. Desta feita, aguardamos que a dinâmica de crescimento salarial, continue estimando-se aumentos médios entre 3% e 3,5% em 2025. Esta combinação de crescimento salarial e da inflação está a melhorar a confiança ao consumo interno e fortalecimento da atividade industrial traduzindo-se numa evolução favorável do PIB.

Espera-se que o CPI (*Consumer Price Index*), excluindo alimentos frescos e energia, aumente em média 2,1% em 2025 e 2,0% em 2026, números que estão alinhados com o objetivo do Banco do Japão. Estas previsões suportam as estimativas para aumentos da taxa de juro diretora em 0,5% ao longo do próximo ano, atingindo 0,75% no final de 2025 e uma taxa final de equilíbrio de 1,5% em 2027.

MERCADOS EMERGENTES

Na China, os dados económicos continuam a deteriorar-se, sobretudo a confiança ao consumo, resultando na quebra do investimento e no enfraquecimento dos dados do emprego, com especial incidência sobre a escalada do desemprego jovem. Para contrariar este congelamento económico, as autoridades chinesas implementaram uma bazuca de estímulos incidindo em várias esferas, nomeadamente na política monetária e fiscal, nos mercados de capitais e nos setores bancário e imobiliário. Contudo consideramos não serem ainda suficientes e deverão precisar de mais tempo para estimularem a procura interna, leia-se, não deverá ser visível antes de 2026. Para agravar ainda mais, a guerra comercial com os EUA deverá escalar, com a nova administração americana a colocar em cima da mesa tarifas de 60% sobre os bens chineses. Tudo somado, é estimado que o crescimento do PIB fique aquém dos 5% pretendidos pelas autoridades governativas, pelo que estimamos mesmo que termine os próximos anos abaixo deste patamar. Por fim, é uma economia que já não cresce ao ritmo das últimas décadas. Trata-se de uma sociedade mais envelhecida, cuja população ativa tem diminuído, pelo que tem como desafio reequilibrar o seu modelo de crescimento mais virado para a economia interna.

Em sentido oposto, continuamos a reiterar a nossa preferência pela economia indiana, uma vez que se trata de uma economia menos protecionista, com uma procura doméstica em franco crescimento e uma população jovem. Se por um lado, pode ser afetada pelo aumento de tarifas americanas, por outro, até pode beneficiar da estratégia “China +1”. Estima-se que cresça 6,5%, muito alicerçada no forte investimento público a acompanhar a crescente urbanização, investimento estrangeiro e mão de obra rejuvenescida e instruída. A inflação deverá abrandar para os 4,5% nos próximos 2

anos, que sustenta as estimativas para o início de corte das taxas de juro de 0,75% durante o próximo ano para os 5,75%. A Índia deve tornar-se a terceira maior economia global a partir de 2027, com o PIB nominal a crescer dos atuais 3.6 biliões de dólares para mais de 6 biliões dólares até 2030 impulsionada pela manufatura, comércio externo e digitalização.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2023	2024	2025 (P)	2026 (P)	2027(P)
Mundo	3,30%	3,20%	3,20%	3,30%	3,20%
Zona Euro	0,40%	0,80%	1,20%	1,50%	1,40%
Alemanha	-0,30%	0,00%	0,80%	1,40%	1,10%
França	1,10%	1,10%	1,10%	1,30%	1,40%
Itália	0,70%	0,70%	0,80%	0,70%	0,60%
Espanha	2,70%	2,90%	2,10%	1,80%	1,60%
Portugal	2,30%	1,90%	2,30%	2,00%	1,90%
Estados Unidos	2,90%	2,80%	2,20%	2,00%	2,10%
Canadá	1,20%	1,30%	2,40%	2,00%	1,80%
Japão	1,70%	0,30%	1,10%	0,80%	0,60%
Reino-Unido	0,30%	1,10%	1,50%	1,50%	1,50%
China	5,20%	4,80%	4,50%	4,10%	3,60%
Índia	8,20%	7,00%	6,50%	6,50%	6,50%
Brasil	2,90%	3,00%	2,20%	2,30%	2,40%
Rússia	3,60%	3,60%	1,30%	1,20%	1,20%

Fonte: FMI

AÇÕES: NOVAMENTE AS MEGA CAPS

Os mercados acionistas apresentaram subidas expressivas no ano de 2024, impulsionados sobretudo pela corrida à Inteligência Artificial e pelo desempenho das mega caps. O Eurostoxx 50 terminou o ano com uma performance positiva de 8,3%. A contrariar teve o índice francês, com o CAC a desvalorizar 2,2% pressionada pelas empresas mais expostas ao mercado chinês, que regista uma quebra de confiança ao consumo. Ainda, no campo das economias mais representativas da zona euro a Alemanha, a refletir a apreciação do dólar principalmente nos segmentos exportadores com o DAX a subir 18,8%. Os países periféricos, como Portugal, Espanha e Itália obtiveram -0,3%, 14,8%, e 12,6% respetivamente. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas tiveram desempenhos muito positivos. O Nasdaq valorizou 28.6%, o S&P500 obteve 23.3% e o Dow Jones valorizou 12,9%.

No Japão, o Nikkei 225 valorizou 19,2%.

No Reino-Unido, o FTSE 100 valorizou 5,7% no ano.

Os países emergentes, em termos agregados, tiveram um ano positivo refletido pela subida de 5,1% do MSCI Emerging Markets embora com divergências entre si. Por um lado, o índice brasileiro condicionou este desempenho com o Ibovespa a desvalorizar 10,4% em moeda local, tendo esta performance sido agravada pela depreciação de 16,2% do Real face ao Euro. Por outro lado, o índice BSE Sensex refletiu o bom momento da economia indiana com uma subida de 8,2% e os índices chineses refletiram a bateria de estímulos das autoridades chinesas com o CSI 300 a registar 14,7% e o Hang Seng a subir 17,7%. Nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets obteve uma subida mais modesta de 2,4%.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO ANO 2024 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	-10,4%	-24,9%
Índia	S&P BSE SENSEX	8,2%	12,5%
Estados Unidos	S&P 500	23,3%	31,8%
Austrália	ASX 200	7,5%	4,0%
Japão	NIKKEI 25	19,2%	13,7%
China	HANG SENG	17,7%	26,5%
Reino-Unido	FTSE	5,7%	10,8%
França	CAC 40	-2,2%	-2,2%
Alemanha	DAX	18,8%	18,8%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	8,3%	8,3%
Espanha	IBEX 35	14,8%	14,8%
Portugal	PSI 20	-0,3%	-0,3%
Itália	MIB	12,6%	12,6%

Dados: Bloomberg, moeda local / Euros

OBRIGAÇÕES: A FORÇA DO CARRY

Na Europa é expectável uma descida mais célere das taxas de juro em resposta ao abrandamento da economia na região, o que deverá proporcionar retornos positivos não só pelo efeito *carry*, como pelo efeito preço. Nos EUA, não esperamos que as taxas de juro abrandem ao mesmo ritmo da Europa, portanto vemos um potencial que deverá perdurar por mais anos suportado sobretudo pelo efeito *carry*. Portanto, entendemos que o *downside* pelo efeito risco de taxa de juro está muito limitado, assumindo que o risco de crédito vai passar a ser o mais relevante, daí aumentarmos a exposição das nossas carteiras a obrigações de maior duração e de maior qualidade de crédito, que por si só já vai permitir rentabilidades muito acima da inflação esperada.

Seletivamente, mantemos a nossa preferência dos últimos anos pela dívida de bancos e seguradoras cujos emitentes sejam qualificados como Investment Grade, sobretudo na componente subordinada, assim como em dívida de regiões de países emergentes que possam sair beneficiados de novos acordos comerciais bilaterais com os EUA, ou seja, beneficiando do movimento *friendshoring*.

Posto isto, as yields das dívidas governamentais da Alemanha e França agravaram ligeiramente para 2,4% e 3,2%, a refletem a instabilidade política mesmo num contexto de perspetivas de descida das taxas de juro por parte do BCE. Nos Estados-Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos seguiu a mesma tendência ao ter subido para os 4,6%, na sequência de menos cortes da taxa de juro por parte da FED do que anteriormente esperado em resultado da resiliência dos dados económicos no país.

No Reino Unido, a sua yield soberana a 10 anos terminou o ano nos 4,6%.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024
Estados Unidos	3,9%	4,6%
Alemanha	2,0%	2,4%
França	2,6%	3,2%
Itália	3,7%	3,5%
Espanha	3,0%	3,1%
Portugal	2,7%	2,8%
Grécia	3,1%	3,2%
Reino-Unido	3,5%	4,6%
Suíça	0,7%	0,3%

Dados: Bloomberg

MATÉRIAS-PRIMAS: OURO, NOVAMENTE A BRILHAR

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflete a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de 2,6%, ao contrário de outros anos, os pesos pesados, indexantes petrolíferos tiveram uma performance nula. A penalizar as matérias-primas alimentares, no sentido inverso, a apreciação do Ouro, tendo renovado o seu máximo de sempre, uma matéria-prima encarada como ativo de refúgio.

EVOLUÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Nome	Índice	2024
Commodity	S&P GS Commodity Index	2,6%
Petróleo	WTI Crude Oil	0,1%
Ouro	Gold	27,2%
Prata	Silver	21,5%
Milho	Corn	-2,7%
Cobre	Copper	3,5%
Alumínio	Aluminum	7,9%
Gás Natural	Natural Gas	16,5%
Soja	Soy beans	-22,8%

Dados: Bloomberg

DIVISAS: O DÓLAR CADA VEZ MAIS FORTE

No que diz respeito às divisas, o dólar apreciou face aos seus principais pares cambiais dos países desenvolvidos, portanto face ao euro apreciou 6,6%. Em sentido oposto, o Real registou uma depreciação mais significativa de 16,2% face ao euro.

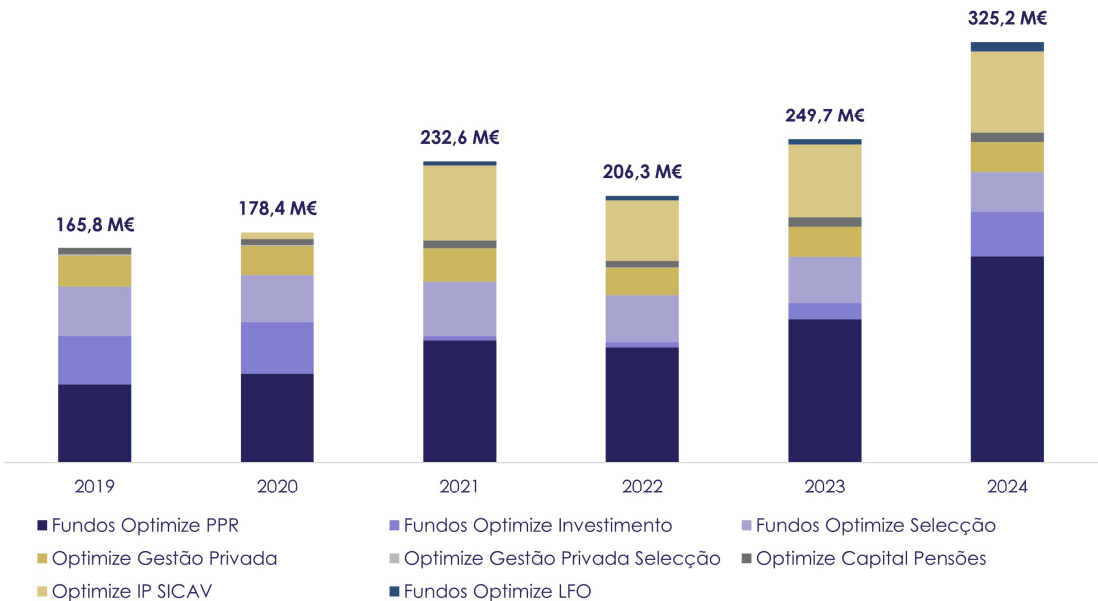
1.2 Aspetos mais relevantes da atividade em 2024

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS GERIDOS

Os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução bastante positiva, tendo crescido 30,2%, de 249,7M€ para 325,2M€ no período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024. O aumento dos ativos sob gestão abaixo detalhadas deveu-se à valorização dos OIC e carteiras geridas pela Optimize, aliadas às subscrições líquidas positivas.

ATIVOS SOB GESTÃO – 2019-2024



	2019	2020	2021	2022	2023	2024
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize PPR	59.877.141	68.112.884	94.360.804	88.981.379	110.706.512	159.027.931
Fundos Optimize Investimento	38.085.463	40.376.963	3.532.425	4.075.815	12.727.555	35.413.989
Fundos Optimize Selecção	37.959.842	36.167.933	41.933.645	36.395.937	35.314.929	30.111.659
Fundos Optimize LFO	0	0	3.054.368	3.432.894	4.111.768	7.372.222
TOTAL FUNDOS	135.922.445	144.657.780	142.881.242	132.886.024	162.860.764	231.925.801
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	24.000.829	22.771.032	25.605.011	20.938.011	23.939.207	23.019.001
Optimize Gestão Privada Selecção	700.877	430.441	10.336	132.300	0	0
Optimize Capital Pensões	5.194.692	5.508.799	5.970.682	5.223.775	7.201.233	6.938.464
Optimize IP SICAV		4.984.500	58.092.781	47.165.519	55.682.723	63.268.064
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	29.896.398	33.694.772	89.678.810	73.459.606	86.823.164	93.225.530
TOTAL	165.818.843	178.352.551	232.560.053	206.345.630	249.683.927	325.151.331

Valores em 31 de dezembro, em euros – Fonte: Optimize Investment Partners

PERFORMANCE DOS FUNDOS

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2024

Fundo	2024	DESDE INÍCIO (ANUALIZADA)	INÍCIO
Optimize PPR/OICVM Ativo	9,2%	4,1%	25/09/2008
Optimize PPR/OICVM Equilibrado	8,2%	3,2%	25/09/2008
Optimize PPR/OICVM Moderado	8,0%	3,1%	19/08/2010
Optimize PPR/OICVM Agressivo	11,2%	5,6%	31/12/2018
Optimize Disruption Fund Cat Institucional	3,1%	-12,8%	06/09/2021
Optimize Disruption Fund Cat Standard	2,2%	-13,5%	06/09/2021
Optimize IP Global Flexible Fund Class A EUR	15,1%	5,1%	24/11/2008
Optimize IP Europe Value Fund Class A EUR	-0,9%	2,9%	31/12/2010
Optimize IP Global Bond Fund Class A EUR	7,7%	3,1%	01/07/2013
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Premium	9,7%	2,1%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Discount	8,5%	1,2%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Standard	8,2%	0,8%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Institucional	17,0%	4,0%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Discount	15,8%	3,0%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Standard	15,5%	2,6%	20/09/2021
Optimize Selecção Agressiva - Categoria A	5,5%	2,8%	02/11/2015
Optimize Selecção Agressiva - Categoria B	5,8%	3,0%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria A	5,4%	1,6%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria B	5,6%	1,8%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria A	4,8%	0,1%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria B	5,0%	0,4%	02/11/2015
Optimize Portugal Golden Opportunities	6,3%	9,1%	31/12/2021

*UP à data de 31/12/2024

Em 2024, todos os fundos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas com a exceção do Europe Value, com destaque para os fundos mais expostos a ações americanas.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o ano de 2024, a produção líquida atingiu os 58,8M€, um aumento face aos 16M€ de 2023.

A produção líquida foi liderada pelos Fundos PPR da Optimize (+37,2M€).

PRODUÇÃO – 2019-2024

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize PPR	4.100.655	7.031.646	20.183.263	10.204.837	10.246.910	37.232.274
	14.017.156	19.438.709	43.355.647	44.456.138	47.918.490	57.658.922
Fundos Optimize Investimento	399.841	963.321	5.874.643	1.889.493	7.271.762	23.063.692
	2.653.824	3.634.285	18.051.245	2.005.816	7.775.685	23.686.064
Fundos Optimize Selecção	1.883.294	845.767	2.662.105	138.945	-2.965.163	-6.962.394
	3.937.024	4.678.554	6.536.161	3.479.692	1.685.600	1.029.150
Fundos Optimize LFO			3.062.716	768.889	277.084	2.805.148
			3.064.405	784.896	390.193	2.862.266
TOTAL FUNDOS	6.383.789	8.840.734	31.782.727	13.002.164	14.830.593	56.138.719
	20.608.004	27.751.548	71.007.458	50.726.541	57.769.969	85.236.402
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	869.358	-1.089.995	711.676	-1.101.954	516.519	-307.503
	2.263.136	637.272	7.018.414	301.253	2.902.692	2.907.537
Optimize Gestão Privada Selecção	-23.859	-237.566	5.000	-9.956	-131.925	0
	0	0	5.000	0	0	0
Optimize IP SICAV		5.000.000	4.488.981	-2.211.549	735.825	2.950.675
		5.000.000	6.939.979	3.109.948	2.989.224	5.476.630
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	832.621	3.901.349	5.205.657	-3.323.460	1.120.419	2.643.171
	2.483.884	6.124.206	13.963.393	3.411.201	5.891.915	8.384.167
TOTAL	7.216.411	12.742.083	36.988.384	9.678.705	15.951.012	58.781.891
	23.091.888	33.875.754	84.970.851	54.137.742	63.661.885	93.620.569

Valores em 31 de dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores brutos em itálico. Fonte: Optimize Investment Partners.

PERSPETIVAS PARA 2025

Em 2025 e nos anos seguintes, a Optimize Investment Partners ambiciona:

- Reforçar a sua quota de mercado no mercado nacional, investindo e privilegiando os eventos de literacia financeira e de divulgação da marca;
- Aumentar a subscrição de fundos PPR quer por particulares, quer por empresas, a favor dos seus colaboradores;
- Investir na captação de clientes para o Portugal Golden Opportunities Fund, através de roadshows internacionais e na divulgação junto de clientes nacionais;
- Aumentar a divulgação da oferta de fundos de investimento que não os PPR;
- Consolidar a distribuição internacional dos sub-fundos da Optimize IP SICAV, em Espanha, Bélgica, Luxemburgo, Itália;
- Celebrar parceria estratégica com a Silver Alpha Asset Management SGII, sociedade gestora de direito espanhol, onde a Optimize Investimento SGPS SA adquiriu uma participação no capital;
- Mudança de sede e estudar aumentar a presença física em Portugal;
- Melhorar as ferramentas digitais ao dispor dos seus clientes, através do upgrade das funcionalidades do espaço-cliente, disponibilização de APP e apresentação de novo site;
- Aumentar a visibilidade da marca Optimize, na sequência do trabalho realizado em anos anteriores;
- Continuar a ter fundos de investimento líderes em rentabilidade;
- Continuação do reforço de recursos humanos e tecnológicos adaptando a estrutura organizacional ao crescimento previsto.

1.3 Contas 2024

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA alcançou em 2024 um Produto Bancário de 3.333.734€, e um resultado antes de impostos de 1.030.402€. O resultado líquido do ano atingiu os 789.002€.

Síntese da Demonstração dos Resultados a 31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Juros e rendimentos similares	39.573 €	36.240 €
Juros e encargos similares	211 €	5.993 €
Margem Financeira	39.362 €	30.247 €
Rendimentos de serviços e comissões	4.218.265 €	3.208.643 €
Encargos com serviços e comissões	863.655 €	726.290 €
Resultados de ativos financeiros	0 €	0 €
Resultados de reavaliação cambial	-254 €	-340 €
Outros resultados de exploração	-59.984 €	-36.110 €
Produto bancário	3.333.734 €	2.476.150 €
Custos com pessoal	1.250.302 €	953.882 €
Gastos gerais administrativos	1.022.664 €	509.751 €
Amortizações do exercício	30.367 €	24.733 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	0 €	0 €
Resultado antes de impostos	1.030.402 €	987.784 €
Impostos Correntes	241.399 €	227.843 €
Impostos Diferidos	0 €	0 €
Resultado após impostos	789.002 €	759.941 €

O resultado antes de impostos do exercício foi impactado positivamente pela subida contínua dos Ativos sob Gestão, com destaque para a captação líquida positiva de 58,8 milhões de euros. Do lado dos custos destaca-se o reforço dos recursos humanos e da estrutura funcional por forma a conseguir responder ao aumento da procura dos serviços da Optimize por parte dos atuais e de novos clientes e a divulgação da marca em eventos nacionais e internacionais.

Nos próximos anos, a Optimize pretende acelerar o crescimento do seu produto bancário e dos resultados, como consequência do aumento dos ativos sob gestão, tanto pela captação líquida, por via do reforço dos atuais clientes e da captação de novos clientes, como pelo efeito da valorização dos mercados financeiros nos diversos fundos de investimento.

Tesouraria em 31 de dezembro de 2024

A empresa dispunha no final de 2024 de uma tesouraria de 442.868€.

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2024	2023
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	18 €	18 €
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92.850 €	116.851 €
Depósitos a prazo em outras instituições de crédito	350.000 €	400.000 €
Tesouraria Total	442.868 €	516.869 €

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, de 789.002,39€, seja aplicado da seguinte forma:

- 157.800,48€ (ou seja 20%) para Reserva Livre
- 631.201,91€ (ou seja 80%) para Dividendos

REMUNERAÇÕES DO EXERCÍCIO 2024

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização:

	Número de Beneficiários	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Aos membros executivos dos órgãos sociais	2	80.947	44.974
Aos colaboradores cujas atividades têm um impacto significativo no perfil de risco do OIC	3	110.438	41.183
Aos outros colaboradores da Sociedade Gestora	24	423.794	125.387
Total	29	615.179	211.543

Essas remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da sociedade.

Durante o ano de 2024, não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações, e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que à data de 31 de dezembro de 2024 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º e 447º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

CUMPRIMENTO DE OUTRAS MATÉRIAS RELEVANTES DO ARTIGO 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Não existem quaisquer sucursais da Sociedade.

A Sociedade não detém, nem deteve durante 2024, quaisquer ações próprias.

PERSPETIVAS FUTURAS

Para 2025 a administração espera que a atividade continue a crescer substancialmente em Ativos sob Gestão e número de clientes, pelo que a Sociedade irá continuar a reforçar os seus meios humanos e materiais para cumprir as metas de crescimento estabelecidas.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 31 de dezembro de 2024, e até à presente data, deu-se a ampliação do Conselho de Administração com a nomeação de um administrador executivo, Pedro Oliveira, estando a ser avaliada a eleição de mais um administrador não executivo independente. Em fevereiro de 2025, a Sociedade celebrou um contrato de promessa para a compra de um imóvel que será a sede futuramente. Este imóvel vem responder às necessidades crescentes em virtude do aumento substancial da base de clientes e de colaboradores da Optimize.

Excluindo os eventos acima mencionados não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Face às perspetivas de crescimento e ao aumento consolidado do capital próprio, consideramos não existirem factos que coloquem em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da Optimize Investment Partners.

Lisboa, 24 de março de 2025

Pela Administração

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Demonstração da Posição Financeira

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023, EM EUROS

			EUR
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		Valor líquido	
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1	92.868	116.869
Dinheiro em caixa		18	18
Outros depósitos à ordem		92.850	116.851
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	1.139.833	1.091.995
Títulos de dívida		1.139.833	1.091.995
Ativos financeiros pelo custo amortizado		350.000	400.000
Aplicações em instituições de crédito		350.000	400.000
Ativos tangíveis	4	59.443	51.753
Ativos intangíveis	5	1.669	3.170
Ativos por impostos	3	82.129	103.254
Ativos por impostos correntes		78.804	100.466
Ativos por impostos diferidos		3.326	2.788
Outros ativos	6	800.930	541.589
Ativos Totais		2.526.872	2.308.629
			EUR
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	8	483.752	379.068
Outros passivos financeiros		483.752	379.068
Passivos por impostos	7	49.678	63.863
Passivos por impostos correntes		47.515	61.853
Passivos por impostos diferidos		2.162	2.010
Outros passivos	8	240.489	128.433
Passivos Totais		773.919	571.364
Capital Próprio			
Capital	9	450.772	450.772
Capital realizado		450.772	450.772
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital	9	0	126.037
Outros instrumentos de capital próprio emitidos		0	126.037
Reservas de reavaliação		-4.061	-2.734
Outras reservas		517.240	403.249
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		789.002	759.941
Capital Próprio Total		1.752.953	1.737.265
Capital Próprio Total e Passivos Totais		2.526.872	2.308.629

2.2 Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023, EM EUROS

		EUR	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de juros	10	39.573	36.240
(Despesas com juros)		211	5.993
Receitas de taxas e comissões	11	4.218.265	3.208.643
(Despesas de taxas e comissões)	12	863.655	726.290
Diferenças cambiais [ganhos ou perdas (-)], valor líquido		-254	-340
Outras receitas operacionais	13	40.861	35.193
(Outras despesas operacionais)	14	100.845	71.303
RECEITAS OPERACIONAIS TOTAIS, VALOR LÍQUIDO		3.333.734	2.476.150
(Despesas administrativas)		2.272.965	1.463.634
(Despesas de pessoal)	15	1.250.302	953.882
(Outras despesas administrativas)	16	1.022.664	509.751
(Depreciações)		30.367	24.733
(Ativos fixos tangíveis)	4	28.867	19.077
(Outros ativos intangíveis)	5	1.500	5.656
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		1.030.402	987.784
(Despesas ou receitas (-) com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação)	19	241.399	227.843
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		789.002	759.941
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DO EXERCÍCIO		789.002	759.941
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		789.002	759.941

2.3 Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023, EM EUROS

EUR

Rúbricas	31/12/2024	31/12/2023
Lucros ou prejuízos do exercício	789.002	759.941
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	-1.327	6.870
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	787.675	766.811

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2024 E 2023, EM EUROS

	EUR	
	2024	2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Comissões recebidas	4.212.561	3.231.966
Pagamento de comissões	-429.450	-181.494
Pagamentos a empregados	-818.817	-588.791
Pagamentos a fornecedores	-1.021.321	-798.685
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-779.908	-495.427
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	443.277	3.360.491
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-667.970	-3.693.449
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-193.884	-165.990
	744.487	668.621
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Recebimentos respeitando a:		
Aplicações em instituições de crédito	750.000	1.175.000
Juros e proventos similares	39.817	20.883
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros	-49.551	-1.008.117
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-36.557	-48.629
Aplicações em instituições de crédito	-700.000	-1.075.000
Dividendos	-645.950	-622.377
	-642.240	-1.558.240
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Pagamentos respeitando a:		
Juros e custos similares	-211	0
Reduções de capital e prestações suplementares	-126.037	0
	-126.248	0
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	-24.001	-889.619
Caixa e seus equivalentes no início de período	116.869	1.006.487
Caixa e seus equivalentes no fim de período	92.868	116.869

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2024 E 2023, EM EUROS

	EUR										
	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas livres	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2022	450.772	0	126.037	276.225	94.268	-12.392	2.788	0	0	655.133	1.592.831
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado de 2022					32.757					-32.757	0
Redução de capital social											0
Efeito de valorização de títulos detidos 2023						8.880					8.880
Transferência dos resultados transitados para reservas livres											0
Impostos diferidos resultantes da valorização ao justo valor							-2.010				-2.010
Resultado Líquido										759.941	759.941
Operações com detentores de capital											
Distribuição de Dividendos										-622.377	-622.377
Saldos em 31/12/2023	450.772	0	126.037	276.225	127.024	-3.512	778	0	0	759.941	1.737.265
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado de 2023					113.991					-113.991	0
Redução de capital social			-126.037								-126.037
Efeito de valorização de títulos detidos 2024						-1.713					-1.713
Transferência dos resultados transitados para reservas livres											0
Impostos diferidos resultantes da valorização ao justo valor							385				385
Resultado Líquido										789.002	789.002
Operações com detentores de capital											
Distribuição de Dividendos										-645.950	-645.950
Saldos em 31/12/2024	450.772	0	0	276.225	241.016	-5.224	1.163	0	0	789.002	1.752.953

| 3 ANEXOS

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Prof. José Fernandes Fontes Castelo Branco
Secretário	Maria Flávia Cabral Parreira Beja da Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Pedro Miguel de Oliveira Lino
Administradores	Tiago da Silva Delfim de Matos Nuno Ricardo Teixeira dos Santos Pedro Ribeiro Simões da Costa Oliveira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Revisor Oficial de Conta	Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada por Pedro Miguel Pires de Jesus
Suplente do Revisor Oficial de Conta	Luís Filipe Soares Gaspar, ROC

CONSELHO FISCAL

Presidente	Vítor Fernando Cardoso Simões
Vogais	Pedro Filipe Ponte Pais Borges Ricardo Nepomuceno Ramirez
Suplente	Paula Cristina Pinto Pires de Jesus

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade, através da Optimize Investimento SGPS S.A. são:

- Pedro Miguel de Oliveira Lino, através da Long Term SGPS SA: 44,50%
- Pedro Ribeiro Simões da Costa Oliveira: 4,43%
- Tiago da Silva Delfim de Matos: 2,07%
- Nuno Ricardo Teixeira dos Santos: 1,48%

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Como detalhado na Política de Remunerações da Sociedade:

1. Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração, contando com o Parecer positivo do Conselho Fiscal e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.
2. A componente variável da remuneração dos colaboradores abrangidos pela Política de Remunerações é composta dos seguintes elementos:
 - Responsáveis pela função de Controlo de Riscos, Controlo de Cumprimento, responsáveis pelas áreas de gestão de investimentos, administrativa, marketing e recursos humanos, outros tomadores de risco e colaboradores que auferam remunerações elevadas e cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco: A remuneração dos colaboradores mencionados compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente, após avaliação de desempenho anual.
 - Administradores Executivos: compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente
 - Administradores Não Executivos: exclusivamente remuneração fixa
 - Conselho Fiscal: exclusivamente remuneração fixa

Informamos ainda que:

1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
 - Para os Colaboradores: Conselho de Administração através dos Administradores Executivos
 - Para os Administradores: Assembleia Geral
2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro do mesmo ano pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras, com o número de registo 327. Posteriormente, a Optimize foi autorizada para as atividades acessórias de registo e depósito de instrumentos financeiros e receção e transmissão de ordens por conta de outrem.

BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos nos seguintes pressupostos:

a) Pressupostos de continuidade

No âmbito do pressuposto de continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade em prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições em prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

Assim as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos.

b) Regime do acréscimo

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face da demonstração da posição financeira, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

g) Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

h) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela IFRS, conforme definido na IAS 1. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedido pela Entidade.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data da demonstração da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo Conselho de Administração foram feitas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

O Conselho de Administração da entidade entende que as demonstrações separadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira individual.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do ativo fixo ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que ocorrem.

Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto no período em que incorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: 1 a 15 anos;
- Equipamento básico: 1 a 10 anos;
- Equipamento de transporte: 4 anos;
- Equipamento administrativo: 1 a 20 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 10 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia

que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam, identificáveis, controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações dos ativos intangíveis com vida útil definida são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Projetos de desenvolvimento: 1 a 3 anos;
- Programas de computador: 3 a 4 anos;
- Propriedade industrial: 3 a 20 anos.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização

registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo intangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

No caso de existirem despesas relativas a investimentos intangíveis não concluídos, estas são registadas em Ativos Intangíveis em Curso, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

A quantia recuperável do ativo é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzindo dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação (isto é, a data em que a entidade se compromete a adquirir ou alienar o ativo) pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados com base:

- No modelo de negócio da entidade para gerir os ativos financeiros e
- Nas características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o objetivo inerente à sua aquisição, numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros ao custo amortizado – os ativos financeiros que apresentem as seguintes características:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida;

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos financeiros:

a.1) Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e todas as outras rubricas de créditos a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade, que a existirem são reconhecidas nos resultados, para que se possa refletir o seu valor realizável líquido.

a.2) Caixa e depósitos bancários

O caixa compreende o dinheiro em caixa em depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu custo.

a.3) Empréstimos concedidos e contas a receber - ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de resultados financeiros utilizando o método da taxa efetiva.

b) Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e,
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

c) Ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Um ativo financeiro é mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento

inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

A entidade classifica todos os passivos financeiros como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com exceção de:

- a. Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Esses passivos, incluindo os derivados que sejam passivos, são subsequentemente mensurados pelo justo valor.
- b. Passivos financeiros que surjam quando uma transferência de um ativo financeiro não satisfaz as condições para o desreconhecimento ou quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado.
- c. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
 - A quantia da provisão para perdas e
 - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- d. Os compromissos de concessão de um empréstimo a uma taxa de juro inferior à do mercado. O emitente desse compromisso mensura-o subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
 - A quantia da provisão para perdas e
 - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- e. A retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3. Essa retribuição contingente é subsequentemente mensurada pelo justo valor, com alterações reconhecidas nos resultados.

Nesta categoria de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado incluem-se, consequentemente, os seguintes passivos financeiros:

e.1) Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e.2) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal contratado líquido dos custos de transação incorridos e são considerados correntes sempre e quando a sua exigibilidade se verifique no prazo de um ano a contar da data da demonstração financeira.

Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração de resultados e do outro rendimento integral ao longo do período de empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como um gasto do período em que incorram, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

A capitalização destes custos inicia no momento em que os dispêndios começam a ser incorridos com o ativo e prolongam-se até à conclusão das atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Quando as atividades

necessárias à preparação do ativo são interrompidas, a sua capitalização é suspensa. Se existir um rendimento gerado por um empréstimo obtido antecipadamente, esse rendimento é deduzido aos encargos financeiros capitalizáveis.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito previstas relativamente a um ativo financeiro que é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, uma conta a receber de locação, um ativo resultante de um contrato ou um compromisso de concessão de empréstimo e um contrato de garantia financeira a que se aplicam os requisitos em matéria de imparidade.

A entidade aplica os requisitos em matéria de imparidade para o reconhecimento e a mensuração de uma provisão para perdas relativamente a ativos financeiros que são mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, a provisão para perdas é reconhecida em outro rendimento integral e não reduz a quantia escriturada do ativo financeiro na demonstração da posição financeira.

Em cada data de relato, uma entidade mensura a provisão para perdas relativamente a um instrumento financeiro por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

O objetivo dos requisitos em matéria de imparidade consiste em reconhecer as perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração relativamente a todos os instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial — avaliado numa base individual ou coletiva — tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as prospetivas.

Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a entidade mensura a provisão para perdas relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses.

A entidade reconhece nos seus resultados, como um ganho ou uma perda por imparidade, a quantia das perdas de crédito (ou reversões) esperadas que é necessária para que a provisão para perdas à data de relato corresponda à quantia que deve ser reconhecida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções serão apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. As ações próprias já adquiridas ou a adquirir são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria e registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, quando detenha ações próprias, a entidade terá de garantir, a cada momento, a existência de reservas no Capital Próprio suficientes para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

Outros instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à constituição/emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da mesma.

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contractual independentemente da forma legal que assumem.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Rédito e especialização de exercícios

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregos classificam-se em: a) benefícios de curto prazo; e b) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma

obrigação presente, legal/constitutiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de geral de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se tenham verificado prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão, embora a mesma considere que não é previsível qualquer liquidação adicional com efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial da goodwill ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Em cada data de relato é

efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O montante de imposto diferido que resulte de transações ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando os lucros e prejuízos do exercício.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data da demonstração da posição financeira dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2024 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

A introdução em termos de normativo contabilístico das Normas Internacionais de Contabilidade não implicaram alterações de políticas contabilísticas.

NOTA 1 - CAIXA E SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Depósitos à Ordem	92.850	116.851
Banque de Luxembourg	419	360
Andbank Luxembourg	156	330
Banco de Investimento Global	1.831	14.294
Banco de Investimento Global - Conta Research	365	5.042
Millennium BCP	90.079	96.824
Dinheiro em caixa	18	18
Total	92.868	116.869

NOTA 2 - ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2023	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Amortização do ativo	Justo valor a 31.12.2024
OT PGB 2.125% 10/17/28	84.286	49.551	0	677	0	0	134.514
OT 2.875% 10/15/25	301.998	0	0	-1.215	0	0	300.783
R ITALIA 3.4% 03/28/25	551.601	0	0	-693	0	0	550.908
R ITALIA 3.85% 09/15/26	154.110	0	0	-482	0	0	153.629
	1.091.995	49.551	0	-1.713	0	0	1.139.833

O título OT PGB 2.125% 10/17/28 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2,125% e vencimento a 17 de outubro de 2028, dado em penhor a favor ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII).

O título OT 2.875% 10/15/25 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2,875% e vencimento a 15 de outubro de 2025.

O título R ITALIA 3.4% 03/28/25 é uma obrigação italiana com juro fixo de 3,4% e vencimento a 28 de março de 2025.

O título R ITALIA 3.85% 09/15/26 é uma obrigação italiana com juro fixo de 3,85% e vencimento a 15 de setembro de 2026.

NOTA 3 - ATIVOS POR IMPOSTOS

	2024	2023
Ativos por impostos	82.129	103.254
Ativos por impostos correntes	78.804	100.466
Outras Contas de Regularização - IVA	78.804	100.466
Ativos por impostos diferidos	3.326	2.788

NOTA 4 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Obras em imóveis arrendados	21.045	0	0	0	0	21.045
Mobiliário e material	57.869	0	2.980	0	0	60.849
Outras máquinas administrativas	1.793	0	0	0	0	1.793
Equipamento informático	141.773	0	23.147	0	0	164.921
Instalações interiores	3.482	0	0	0	0	3.482
Outros ativos tangíveis	18.335	0	10.429	0	0	28.765
Total Bruto	244.298	0	36.557	0	0	280.854
Obras em imóveis arrendados	21.045	0	0	0	0	21.045
Mobiliário e material	51.145	0	2.355	0	0	53.499
Outras máquinas administrativas	1.702	0	44	0	0	1.746
Equipamento informático	101.212	0	21.830	0	0	123.042
Instalações interiores	3.482	0	0	0	0	3.482
Outros ativos tangíveis	13.958	0	4.639	0	0	18.596
Total amortizações	192.544	0	28.867	0	0	221.411
Total Líquido	51.753	0	7.690	0	0	59.443

NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	111.146	0	0	0	0	111.146
Total Bruto	111.146	0	0	0	0	111.146
Software	107.976	0	1.500	0	0	109.476
Total amortizações	107.976	0	1.500	0	0	109.476
Total Líquido	3.170	0	-1.500	0	0	1.669

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações	Valor Líquido	Taxa Amortização
Software	111.146	0	0	109.476	1.669	33,33%

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Outros ativos	800.930	541.589
Setor público administrativo	48.114	10.631
IRC - Ret. Fonte - juros bancários	2.223	3.164
Retenções IRS clientes	45.891	7.467
Devedores diversos	32.251	35.091
SONAGI - Caução renda escritório	7.744	7.744
CTT conta corrente	387	142
Honorários Luxemburgo	2.500	2.500
Real Vida Pensões-Soc. G. Fundos Pensões,SA	0	353
Fundos de Compensação do Trabalho	7.222	7.222
Optimize - Mediação de Seguros	214	208
Empresas do grupo	0	6.388
Outros devedores	14.183	10.535
Devedores diversos - Fundos	322.242	215.715
Optimize PPR Equilibrado	29.513	23.980
Optimize PPR Ativo	86.115	63.542
Optimize PPR Moderado	38.156	27.938
Optimize PPR Agressivo	69.520	37.567
Optimize Capital Pensões Acções	5.852	3.911
Optimize Capital Pensões Equilibrado	3.344	3.030
Optimize Capital Pensões Moderado	2.109	1.857
Fundo de Pensões Aberto Real Reforma Garantida	60	29
Optimize Selecção Base	17.951	20.550
Optimize Selecção Agressiva	7.435	8.517
Optimize Selecção Defensiva	2.032	2.297
Optimize Disruption Fund	3.236	3.074
Optimize LFO Rise US Equities	1.228	935
Optimize LFO PPR/OICVM Leopardo	6.201	2.474
Optimize Portugal Golden Opportunities Fund	49.489	16.015
Clientes Gestão Privada	235.294	219.574
Comissão Fixa	4.778	10.136
Comissão de Performance	12.754	15.412
La Baloise Vie Luxembourg, SA	45.814	41.451
Andbank Asset Management Luxembourg, SA	171.949	152.576
Clientes Fundos	39.334	17.736
Comissão de Registo e Depósito de UP	19.686	17.616
Comissão de Subscrição	19.647	120
Comissão de Resgate	0	0
Despesas com Encargos Diferidos	109.543	29.078
Seguros	53.786	3.971
Rendas de Locação Operacional	578	0
Outras Rendas	3.601	3.368
Outras	51.578	21.739
Rendimentos a receber	14.153	13.763

NOTA 7 - PASSIVOS POR IMPOSTOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Passivos por impostos	49.678	63.863
Passivos por impostos correntes	47.515	61.853
Estimativa IRC - Imposto a Pagar	47.515	61.853
Passivos por impostos diferidos	2.162	2.010

NOTA 8 - OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Outros passivos	724.241	507.501
Credores - Setor público administrativo	89.473	38.173
Retenção de impostos na fonte	56.214	15.347
Contribuições para a segurança social	19.770	13.833
Imposto de selo	13.488	8.993
Credores por fornecimento de bens	105.880	96.140
Outros Credores	288.400	244.754
Angariadores	29.157	0
Despesas colaboradores	5.567	65
Clientes - Ofertas e Promoções	253.675	244.689
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	483.752	379.068
Encargos a pagar	240.489	128.433
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	21.645	11.200
Remunerações de empregados	114.010	80.708
Encargos sociais	23.185	17.095
Outros encargos a pagar	81.650	19.430
Outros passivos	240.489	128.433

O saldo de 253.675€ de Clientes – Ofertas e Promoções, correspondente a ofertas a pagar no início de cada ano aos clientes e foi liquidado em janeiro de 2025.

NOTA 9 - CAPITAL

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

Salienta-se ainda o valor dos fundos próprios da Optimize a 31/12/2024, no montante de 966.342,44 euros, é superior ao requisito mínimo de fundos próprios de 568.241,36 euros.

FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social inicial de 450.771,71 euros foi realizado em dinheiro.

NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 euros cada.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGOIC, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

NOTA 10 - RECEITAS DE JUROS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	39.362	30.247
Juros e rendimentos similares	39.573	36.240
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	0	1.752
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Outros juros e rendimentos similares	39.573	34.487
Outros juros e encargos similares	211	5.993

NOTA 11 - RECEITAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Rendimentos de serviços e comissões	4.218.265	3.208.643
Comissão de gestão de fundos de investimento	2.907.933	2.130.708
Comissões de gestão de discricionária	1.310.333	1.077.935
Comissão Fixa	895.412	821.260
Comissão Performance	13.555	15.260
Comissão de Registo e Depósito de UP	199.712	169.541
Comissão de Subscrição	201.654	71.873

As receitas da Optimize Investment Partners são provenientes essencialmente das suas atividades principais, a gestão de fundos de investimento mobiliário (2.907.933€) e a gestão de carteiras por conta de outrem (1.310.333€), onde são geridas carteiras de fundos de pensões, de apólices de seguros de vida em fundo dedicado, da Optimize IP SICAV, sediada no Luxemburgo, e de portfólios de gestão discricionária de clientes individuais.

NOTA 12 - DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Encargos com serviços e comissões	863.655	726.290
Honorários de comercialização	476.721	388.175
Ofertas e promoções a clientes	386.934	338.115

O valor de 476.721€ (honorários de comercialização) corresponde à remuneração paga pela Optimize referente a comissões de comercialização e a pagamento por clientes apresentados pelo seu agente vinculado, ou por *introducers*, e de protocolos com outras entidades.

As ofertas e promoções a clientes correspondem a bónus na subscrição oferecidos pela Optimize Investment Partners no âmbito de protocolos e de campanhas promocionais, bem como a prémios de fidelização, também proporcionados no âmbito de protocolos.

NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Outros rendimentos e receitas operacionais	40.861	35.193
Reembolso de despesas	40.836	31.868
Correcções relativas a exercícios anteriores	25	3.325

A rubrica de reembolsos de despesas corresponde aos pagamentos efetuados pela Optimize em nome dos fundos de investimento mobiliário por si geridos, e que são posteriormente reembolsadas.

NOTA 14 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Outros resultados de exploração	-59.984	-36.110
Outros encargos e gastos operacionais	-95.230	-67.436
Taxa mensal CMVM	-43.758	-40.000
Sistema de Indemnização aos Investidores	-2.500	-5.000
Comissão Autoridade da Concorrência	-2.561	0
Renda de locação operacional	-574	0
Quotizações e donativos	-25.955	-15.092
Outros	-19.883	-7.344
Outras comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros	-5.614	-3.867
Outras despesas operacionais	-100.845	-71.303

NOTA 15 - DESPESAS COM PESSOAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Despesas com pessoal	1.250.302	953.882
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	154.105	136.326
Remuneração de empregados	900.019	646.629
Encargos sociais obrigatórios	159.529	123.541
Outros custos com pessoal	36.648	47.386

VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 24.

NOTA 16 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Outras Despesas Administrativas	1.022.664	509.751
Gastos gerais com fornecimentos	59.480	36.971
Água, energia e combustíveis	5.693	4.585
Material de consumo corrente	45.849	28.974
Outros fornecimentos de terceiros	7.938	3.411
Gastos gerais com Serviços	963.184	472.781
Rendas e alugueres	55.634	57.881
Comunicações	30.400	21.701
Deslocações, estadas e representação	112.230	28.624
Publicidade	433.759	106.654
Conservação e reparação	10.212	8.975
Formação de pessoal	12.754	9.814
Seguros	3.367	3.101
Serviços especializados	304.828	235.898
Outras Avenças	78.042	61.731
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	1.291	1.376
Informática	120.235	80.407
Segurança e vigilância	64	56
Informações	65.888	50.319
Auditoria	8.915	7.840
Serviços Consultoria e Apoio	30.326	34.169
Limpeza	67	0
Outros serviços	0	132

NOTA 17 - VALORES EXTRAPATRIMONIAIS

	2024	2023
Valores extra-patrimoniais	325.278.151	248.342.504
Compromissos perante terceiros	93.259	85.396
Sistema de Indemnização aos Investidores	93.259	85.396
Valores administrados pela instituição	325.184.892	248.257.108
Gestão de Carteiras	93.259.090	85.396.344
Fundos de Investimento geridos	231.925.801	162.860.764

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque são neutros em termos de ativos realmente geridos.

No final de 2024 a Optimize Investment Partners tinha em contas de clientes um saldo transitório de 2.844.297€ a aguardar ordens de reforço ou subscrição por parte de clientes, pelo que este montante não está a ser considerado no Relatório e Contas.

NOTA 18 - SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2022	-8.328	0
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2023	-24.545	6.388
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2024	-43.860	0

O saldo final a 31 de dezembro de 2024 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Mediação de Seguros corresponde a comissões de distribuição pelo valor de 44.074€ e faturação de salários pelo valor de 214€.

NOTA 19 - DESPESAS OU RECEITAS COM IMPOSTOS RELACIONADAS COM OS RESULTADOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO

A taxa efetiva de 23,4% em 2024, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma.

	2024	2023
Resultado antes de Imposto	1.030.402	987.784
Despesas não dedutíveis	11.707	4.304
Despesas a deduzir	-9.115	-5.175
Resultado tributável	1.032.993	986.913
Prejuízos fiscais deduzidos	0	0
Matéria coletável total	1.032.993	986.913
Outros impostos incidentes sobre lucros	216.929	207.252
Derrama	15.495	14.804
Tributação Autónoma	8.976	5.787
Carga fiscal total	241.399	227.843
Taxa Efetiva	23,4%	23,1%

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis:

	2024	2023
Despesas não dedutíveis	11.707	4.304
Despesas não documentadas	182	0
Encargos não devidamente documentados	953	63
Correcções relativas a exercícios anteriores	10.572	3.436
Outros	0	805
Despesas a deduzir	9.115	5.175
Outros	9.115	5.175

NOTA 20 - RISCOS DA SOCIEDADE

Risco de crédito:

	2024	2023
Risco de crédito	770.083,59	615.598,93
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92.850	116.851
Estado e outras entidades publicas	48.114	10.631
Fundos de investimento	322.242	215.715
Clientes	274.627	237.310
Outros devedores	32.251	35.091

Ativos financeiros disponíveis para venda:

Ativos financeiros disponíveis para venda	2024	2023
OT PGB 2.125% 10/17/28	134.514	84.286
OT 2.875% 10/15/25	300.783	301.998
R ITALIA 3.4% 03/28/25	550.908	551.601
R ITALIA 3.85% 09/15/26	153.629	154.110

Não existe risco cambial para a sociedade em 31 de dezembro de 2024, dado a sociedade não ter saldos em divisas estrangeiras. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas estrangeiras (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31 de dezembro de 2024.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2024

IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas

Clarificação sobre se os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem em diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data do relato financeiro.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2023/2822, de 19 de dezembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

IAS 7 - Demonstrações de fluxos de caixa e IFRS 7 - Instrumentos financeiros

As alterações exigem que as entidades efetuem divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores para permitir uma avaliação sobre o impacto nos passivos e fluxos de caixa da entidade e a exposição da entidade ao risco de liquidez e como ficaria afetada se os acordos deixassem de existir.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2024/1317, de 15 de maio. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

IFRS 16 - Locações

Introdução de orientações relativamente à mensuração subsequente dos passivos de locação relacionados com transações de venda e relocação que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, determinando os pagamentos de locação e pagamentos de locação revistos.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2023/2579, de 20 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2025, JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

IAS 21 - Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio

A alteração veio clarificar as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca e como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2024/2862, de 12 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 2 526 872 euros e um total de capital próprio de 1 752 953 euros, incluindo um resultado líquido de 789 002 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, conjugadas com o disposto no Regulamento nº 12/2005 emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

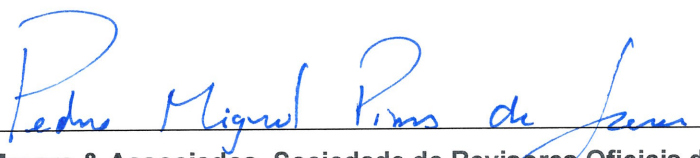


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2025



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar um relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
2. Durante o exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho de Administração forneceu todos os esclarecimentos e informações que foram solicitadas pelo Conselho Fiscal.
3. No encerramento do exercício, foram presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas e que incluíam a proposta de aplicação de resultados.
4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
5. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2024, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de março de 2025